



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CONSELHO FISCAL

Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, 2701 – Jardim Paulista - São Paulo-SP – CEP: 01401-000

Ofício CF nº 001/2016

São Paulo, 30 de março de 2016.

Senhor Presidente,

Recebi em 07/04/2016
Cesar Ghosetto
Assessoria Técnica Previdência Complementar III
SP - PREVICOM

Faço referência ao artigo 19 da Resolução CGPC nº 13/2004 que dispõe sobre a obrigatoriedade do Conselho Fiscal a emitir, pelo menos semestralmente, relatório de controles internos que contemple, no mínimo, conclusões dos exames efetuados, recomendações a respeito de eventuais deficiências e análise da manifestação dos responsáveis pelas respectivas áreas.

Ainda, em atenção ao parágrafo único deste artigo, as conclusões dos exames efetuados, as recomendações, análises e manifestações contidas no referido relatório devem ser levadas, em tempo hábil, ao conhecimento do Conselho Deliberativo, a quem caberá decidir sobre providências que eventualmente devam ser adotadas.

Neste sentido, apresentamos a este colegiado, o Relatório de Controles Internos do Conselho Fiscal relacionado às atividades desenvolvidas pela Fundação no 2º semestre de 2015.

Ilustríssimo Senhor
José Roberto de Moraes
Presidente do Conselho Deliberativo da
Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo SP-PREVICOM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CONSELHO FISCAL

Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, 2701 – Jardim Paulista - São Paulo-SP – CEP: 01401-000

Colocamo-nos a disposição para os esclarecimentos necessários e aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e consideração aos membros do Conselho Deliberativo.

Atenciosamente,



Paulo Rafael Minetto Maceta
Presidente do Conselho Fiscal



Fundação de Previdência Complementar do
Estado de São Paulo
SP - PREVCOM

Conselho Fiscal
Relatório de Controles Internos
2º Semestre de 2015

SUMÁRIO

1.	Introdução.....	1
2.....	Análise da Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios às normas em vigor e às Políticas de Investimentos	2
2.1.	Políticas de Investimentos para o exercício de 2015	2
2.2.	Alocação.....	2
2.3.	Rentabilidade	3
2.4.	Custos com Gestão de Recursos	5
2.5.	Controle de Riscos de Investimentos.....	7
2.6.	Comentários e Recomendações.....	8
2.7.	Manifestação	9
3.	Análise da Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais.....	10
3.1.	Relatório de Reservas Matemáticas dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS (Anexo VI).....	12
3.2.	Cobertura Patrimonial dos Planos	13
3.3.	Manifestação do Conselho Fiscal	13
4.	Acompanhamento da Execução Orçamentária	14
4.1.	Gestão Previdencial.....	14
4.1.1.	Da execução orçamentária das Adições	14
4.1.2.	Da execução orçamentária das Deduções.....	17
4.2.	Gestão Administrativa.....	18
4.2.1.	Da execução orçamentária das receitas administrativas	18
4.2.2.	Da execução orçamentária das despesas administrativas	18
4.2.3.	Acompanhamento dos indicadores de Gestão	19
4.3.	Investimentos	23
4.3.1.	Da execução orçamentária dos investimentos	23
4.4.	Comentários e Recomendações.....	23
4.5.	Manifestação	24
5.	Investimentos em Ativo Permanente.....	25
5.1	Comentários e Recomendações	25
6.	Controles Internos.....	26
6.1.	Comentários e Recomendações.....	26
6.2.	Manifestação	28
7.	Processos de Certificação	29
7.1.	Conformidade aos processos de certificação, habilitação e qualificação da SP-PREVCOM	29
Anexos	33

The image shows four handwritten signatures in blue ink. The first signature is a large, stylized loop. The second is a more complex, scribbled signature. The third is a simple, vertical signature. The fourth is a large, rounded signature.

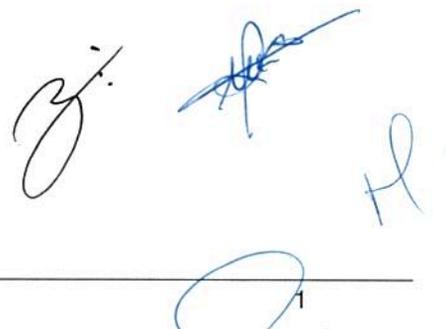
1. Introdução

O Conselho Fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo SP-PREVCOM, representados por seus membros infra-assinados, manifesta-se acerca das determinações contidas no artigo 19 da Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, referente às atividades desenvolvidas no 2º semestre de 2015.

As constatações apresentadas neste relatório referem-se aos seguintes Planos de Benefícios:

- Plano de Benefícios PREVCOM RP (CNPB 2013.0001-38)
- Plano de Benefícios PREVCOM RG (CNPB 2013.0002-19)
- Plano de Benefícios PREVCOM RG-UNIS (CNPB 2013.0020-92)

As constatações do Plano de Gestão Administrativa – PGA serão demonstradas de forma consolidada, uma vez que os recursos destinados à gestão administrativa dos planos de benefícios e as respectivas despesas são geridos de forma solidária, sendo registrada em cada plano de benefícios, a parcela a este pertinente.



2. Análise da Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios às normas em vigor e às Políticas de Investimentos

2.1. Políticas de Investimentos para o exercício de 2015

O Conselho Deliberativo da SP-PREVCOM aprovou em sua 36ª reunião Ordinária, realizada em 23/03/2015, as Políticas de Investimentos segregadas por planos PREVCOM RP, PREVCOM RG, PREVCOM RG UNIS, com vigência de março a dezembro de 2015, as quais poderão ser submetidas a revisões durante o seu período de validade, sempre que necessário, a fim de garantir condições de segurança, rentabilidade, liquidez, solvência e transparência aos investimentos frente às mudanças da conjuntura econômica vigente e âmbito legal.

Os Planos de Benefícios estão estruturados na modalidade de Contribuição Definida e, estão devidamente registrados no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB, junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

2.2. Alocação

Conforme previsão no Estatuto, e nas Políticas de Investimentos, a Fundação optou pela manutenção da gestão terceirizada da administração dos recursos financeiros dos planos de benefícios.

O Banco BTG Pactual administrou a gestão até novembro. Em 23 de novembro de 2015, devido aos acontecimentos amplamente divulgados na imprensa, sobre a prisão do banqueiro André Esteves, fundador e presidente do Banco BTG Pactual, a Fundação, por meio do Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado – AETQ, Sr. Carlos Henrique Flory, no dia 25 de novembro de 2015 emitiu ordem de suspensão das operações nos investimentos, de forma a preservar a qualidade das aplicações. A ação foi comunicada aos presidentes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

O Comitê de Investimentos elaborou relatório técnico e entregou à Diretoria Executiva recomendando a substituição da entidade gestora, com o intuito de salvaguardar a imagem da Fundação. A gestão, a custódia e a controladoria do Fundo passaram a ser administradas pelo Itaú-Unibanco a partir de 01 de dezembro de 2015.

Foi disponibilizado pela Fundação, o Regulamento do Fundo de Investimento (Anexo II), o qual rege como os recursos foram inicialmente alocados, bem como as lâminas de controle de risco e composição da carteira (Anexo III). Abaixo, segue quadro da alocação dos recursos por segmento de aplicação, em conformidade com as Políticas de Investimentos e, a efetiva posição de fechamento do semestre, com base no Relatório de Segmentação, disponibilizado pela CVM. (Anexo V):



SEGMENTO DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS		LIMITE RES. 3.797	Sub-Limites Res. 3.797	LIMITE INFERIOR	PORTO ÓTIMO	LIMITE SUPERIOR	RETORNO REAL ESPERADO (ANO)	DESVIO PADRÃO ESTIMADO (anualizado)	RETORNO REAL REALIZADO 1º SEM/15	DESVIO PADRÃO OBSERVADO 1º sem/15 (anualizado)	RETORNO REAL REALIZADO 2º SEM/15	DESVIO PADRÃO OBSERVADO 2º sem/15 (anualizado)	RETORNO REAL REALIZADO ANO/15	DESVIO PADRÃO OBSERVADO ANO 2015 (anualizado)
Renda Fixa		100,00%		50,00%	78,00%	100,00%								
Títulos Públicos	Títulos do Tesouro Nacional (TTN)	100,00%	100,00%	6,00%	78,00%	100,00%								
	Outros de Advers Renda Fixa (excluído títulos públicos)		80,00%											
	CCB, CCB3 e Notas Promissórias		20,00%											
	REER e CCA		20,00%											
	FIDC e FIDC/FIDC		20,00%											
	CRI	80,00%	20,00%	6,00%										
	CCF		20,00%											
	CPK, CDCA, CRA e Vittorini Agropecuária (VIA)		20,00%											
	Demais títulos e valores mobiliários de emissão de dia aberto		20,00%											
Renda Variável		70,00%		0,00%	7,00%	12,00%								
	Novo Mercado		70,00%											
	Nível 2		40,00%											
	Sorempa Mais		50,00%		3,00%									
	Nível 1		45,00%											
	Demais componentes de capital aberto	70,00%	35,00%	6,00%										
	FI de Índice Ref. em Ações admitidas à negociação em bolsa		35,00%		1,00%									
	Títulos de emissão de FIC		20,00%		1,00%									
	Demais investimentos de renda variável		3,00%		8,00%									
3. Investimentos Estruturados		20,00%		0,00%	5,00%	10,00%								
	Fundos de Participações		20,00%		1,00%	2,00%								
	Fundos de Empresas Emergentes		20,00%		1,00%	2,00%								
	Fundos de Investimento Imobiliário	20,00%	10,00%	6,00%	1,50%	2,00%								
	FI ou FIC multimercados		10,00%		1,50%	2,00%								
4. Investimentos no Exterior		10,00%		0,00%	5,00%	5,00%								
	Ações emitidas no exterior via FI constituídas no Brasil		10,00%		2,00%	3,00%								
	FI e FIC Dívida Externa		10,00%		0,00%	5,00%								
	FI de Índice estrangeiros negociadas em bolsa no Brasil	10,00%	10,00%	6,00%	2,00%	3,00%								
	Brazilian Depositary Receipts (BDR)		10,00%		1,00%	5,00%								
	Ações de Clss sediadas no Mercado		10,00%		0,00%	0,00%								
5. Imóveis		8,00%		0,00%	5,00%	6,00%								
	Empreendimentos imobiliários		8,00%		2,00%	6,00%								
	Imóveis para alugar e renda	8,00%	8,00%	6,00%	2,00%	6,00%								
	Outros imóveis		8,00%		1,00%	6,00%								
6. Operações com Participantes		15,00%		0,00%	0,00%	0,00%								
	Empreendimentos	15,00%	15,00%	6,00%	8,00%	0,00%								
	Financiamentos imobiliários		15,00%		0,00%	0,00%								
Índice de Referência														
IPCA+5% ^{aa}														

Obs.: Para o cálculo do retorno, bastante utilizada em finanças, é o retorno logarítmico, pois apresenta grandes ganhos operacionais. O retorno na forma logarítmica é dado por:

Uma vantagem é que ao assumir que a distribuição dos retornos é normal, estamos admitindo que e^{R_t} , ou seja, t_i pode assumir valores no intervalo $(-\infty, \infty)$. Essa condição só é satisfatória se utilizarmos retornos na forma logarítmica.

Outra vantagem é que a acumulação de retornos logarítmicos é igual a sua soma algébrica, diferentemente dos retornos aritméticos.

$$r_t^L = \ln\left(\frac{P_t}{P_{t-1}}\right)$$

Cabe ressaltar, que apesar da Fundação ter segregado a Política de Investimentos por planos, as diretrizes para 2015 são as mesmas para os três planos, conforme quadro acima.

2.3. Rentabilidade

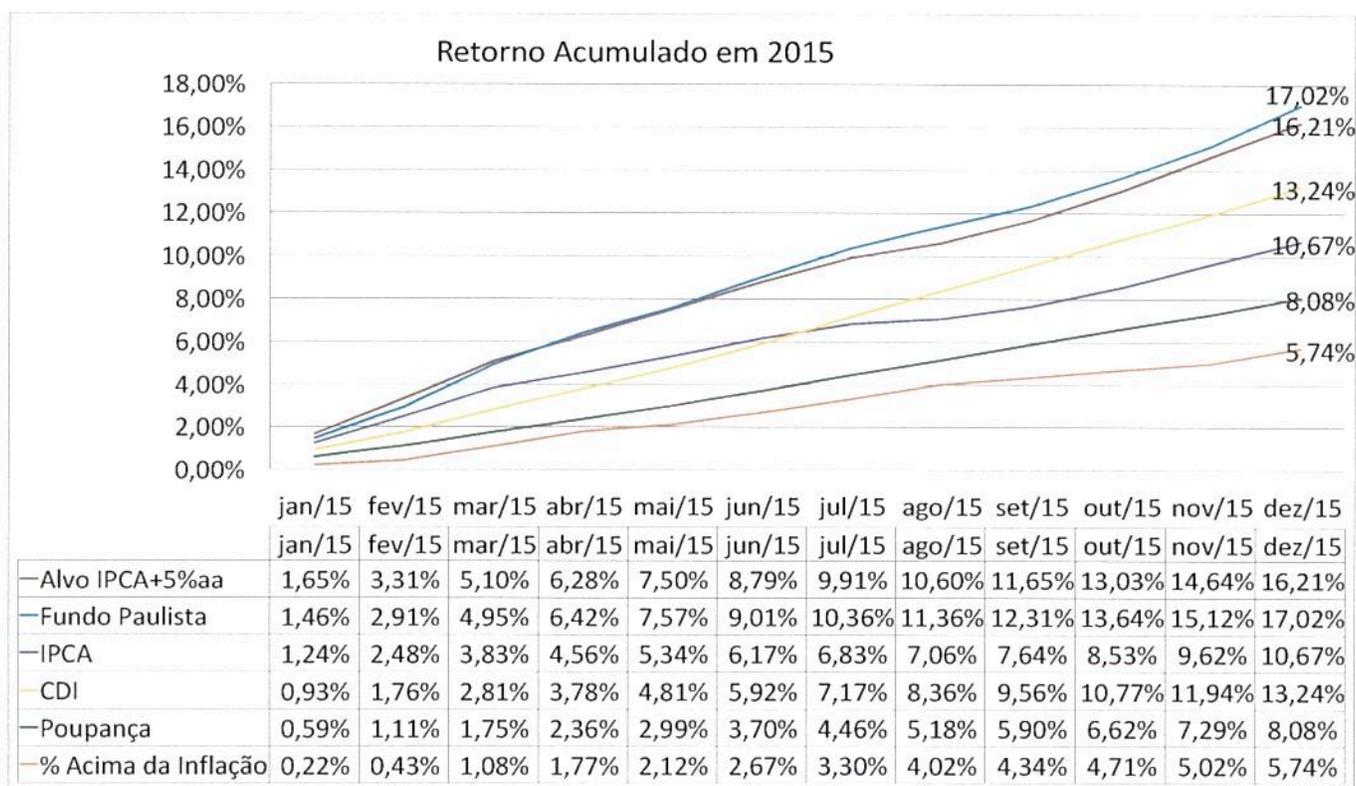
Conforme as Políticas de Investimentos dos Planos, a Fundação decidiu pela alocação de seus investimentos com retorno global de longo prazo e o índice de referência estabelecido é o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) acrescido de 5,00% (cinco por cento) ao ano.

A rentabilidade apurada, até a presente data, denota amostragem temporal suficiente para avaliação de desempenho. A rentabilidade acumulada no semestre foi superior à rentabilidade alvo e, o retorno real nesse período foi de 5,74%, mesmo com a alta da inflação que fechou em 10,67%.



Global	Rentabilidade Global por Semestre		
	Rentabilidade	Índice de Referência ¹	% do Índice de Referência
1º semestre de 2014	6,87%	6,27%	109,57%
2º semestre de 2014	12,70%	11,73%	108,59%
1º semestre de 2015	9,01%	8,79%	102,50%
2º semestre de 2015	17,02%	16,21%	105,00%

1- Índice de Referência = IPCA + 5% a.a.



Segmento de Renda Fixa

Quando observado o desempenho de carteiras por segmentação, a Fundação manteve a sua estratégia de alocação em ativos atrelados ao IPCA, em sua maioria em NTN-Bs, adquirindo títulos com prazo de vencimento mais curto, com base na avaliação realizada sobre os ativos e passivos da Fundação e, conseqüentemente com objetivo de garantir recursos para honrar seus compromissos futuros dentro do prazo. Os títulos aplicados estão marcados na curva do papel e serão levados até o seu vencimento.

O Conselho Deliberativo decidiu mudar o benchmark em 2015, para avaliação dos investimentos alocados em Renda Fixa, de Índice Geral AMBIMA – Série B ou simplesmente IMA – B, composta apenas por Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTNBs), que são títulos públicos que remuneram o investidor em uma taxa de juros pré-fixada + variação do IPCA no período, para CDI. A decisão foi baseada no ambiente macroeconômico.

Global	Rentabilidade Renda Fixa por Semestre		
	Rentabilidade	Índice de Referência ¹	p.p. em relação ao benchmarking
1º semestre de 2014 ¹	6,40%	9,40%	-3,00%
2º semestre de 2014 ¹	11,70%	14,10%	-2,40%
1º semestre de 2015 ²	9,01%	5,92%	3,09%
2º semestre de 2015 ²	17,02%	13,24%	3,78%

Segmento de Renda Variável

Embora previsto nas suas Políticas de Investimentos, a Fundação preferiu adotar uma estratégia com perfil conservador e, conseqüentemente não fez aplicações no segmento de renda variável.

2.4. Custos com Gestão de Recursos

A atual estrutura de custos da administração dos recursos financeiros está relacionada à remuneração anual de 0,06% (zero vírgula zero seis por cento) ao ano aplicado sobre o patrimônio Líquido do Paulista Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado (“Paulista FIQ”), administrado até novembro pelo BTG Pactual. A partir de 01/12/2015 passou a ser administrado pelo Itaú-Unibanco, e rateada entre os diversos prestadores de serviços ao FUNDO adicionados de taxas de administração dos fundos de investimento cujas cotas são adquiridas. São ainda deduzidas do Patrimônio do Fundo, as despesas relacionadas à taxa de fiscalização CVM, publicações em geral, sistemas de custódia (SELIC/CETIP), custos relacionados à auditoria, dentre outras. Além disso, há despesas relacionadas aos investimentos nos Fundos: Bela Cintra, Haddock e Itaú Verso.

Estrutura de Investimentos

PAULISTA FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	
valor em R\$	389.668.192,26
qtde de quotas	275.341.379,53357
Valor da quota	1,41521800
nº quotistas	1
resgate	"d" + 0
tx adm	0,06% a.a.



BELA CINTRA FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	
valor em R\$	230.188.101,22
qtde de quotas	170.851.661,04430
Valor da quota	1,347298
resgate	"d" + 1
tx adm	0,12% a.a.
tx performance	não há

HADDOCK FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	
valor em R\$	156.582.923,52
qtde de quotas	139.483.128,82822
Valor da quota	1,122594
resgate	"d" + 1
tx adm	0,12% a.a.
tx performance	não há



Itaú Verso A REF DI LP	
valor em R\$	2.909.390,77
qtde de quotas	174.415,54174
Valor da quota	16,680800
resgate	"d" + 0
tx adm	não há
tx performance	não há

Nome Fundo	Descrição	Final (R\$)	% PL	TX. ADM. % a.a.
IT VERSO A REF DI LP	11.419.818/0001-60	2.909.390,77	0,75%	0,00%
HADDOCK FI RF	21.689.243/0001-59	156.582.923,52	40,18%	0,12%
BELA CINTRA FI RF	18.972.445/0001-07	230.188.101,22	59,07%	0,12%

Custos de Gestão

PAULISTA FIQ FIM		Data Inicial	02/jan/15			
		Data Final	31/dez/15			
Contas	jul/15	ago/15	set/15	out/15	nov/15	dez/15
Auditorias	(13.520,66)	(15.756,83)	(15.150,22)	(15.933,83)	(16.756,83)	(4.310,18)
Taxa de Administração	-	-	-	-	-	(11.666,70)
Taxa de Performance	-	-	-	-	-	-
Despesa de B M & F	-	-	-	-	-	-
Despesa de Bovespa	-	-	-	-	-	-
Despesa de Cartório	-	-	-	-	-	-
Despesa de Taxa de Auditoria	-	-	-	-	-	-
Despesa de Taxa de Custódia	(3.840,00)	-	-	(6.899,71)	-	-
Despesa de Taxa de Fiscalização CVM	-	-	(667,30)	(831,40)	-	-
Despesa de Taxa de Publicação ANIBID	-	-	-	-	-	-
Despesa de Taxa de Util. SELIC	(2.379,15)	(2.399,14)	(2.423,41)	(2.437,61)	(2.457,02)	-
Despesa de Taxa de Util. CETIP	-	-	-	-	-	(1.001,84)
Despesas c/ Correspond. e Impressos	-	-	-	-	-	-
Despesas com Publicação de Atas	-	-	-	-	-	-
Despesas com Corretagem	-	-	-	-	-	-
PIS / COFINS	-	-	-	-	-	-
CPMF	-	-	-	-	-	-
IR a Recolher	(7,65)	-	(7,00)	(0,65)	-	-
Outras Despesas	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas	-	-	-	-	-	-
Total	19.747,66	18.155,97	18.247,93	26.103,20	19.213,85	16.978,72

Obs.: Os custos estão apresentados pelo regime de caixa.

2.5. Controle de Riscos de Investimentos

O Conselho Deliberativo definiu para a Política de Investimentos alguns parâmetros de exposição a risco de mercado por segmento de aplicações (Anexo I). Na segmentação de renda fixa, a Fundação em consonância as disposições da Resolução CGPC nº 04/2002, classificou os ativos alocados no fundo Bela Cintra Fundo de Investimento e Haddock Fundo de Investimento Renda Fixa, que representam 99,25% do patrimônio dos recursos previdenciários, na categoria de títulos mantidos a vencimento. Neste sentido, este Conselho entende que a tolerância à exposição a risco de perdas financeiras máximas, em cenários de *stress*, no segmento de renda fixa de 2,00 % de desvio padrão, do patrimônio líquido do fundo não se aplica aos ativos classificados nesta categoria, dado que os mesmos são acruados contabilmente pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, não sensibilizados pelas taxas vigentes de mercado.

Na segmentação de renda variável, não houve aplicação no segundo semestre de 2015. Em relação à exposição de risco de crédito, apesar de prevista na Política de Investimentos, não foi utilizada, dado que a carteira atual está concentrada em títulos públicos. Entretanto, conforme informações disponibilizadas pelo administrador/gestor, todos os ativos tem atribuição de *ratings* em escala nacional por agências internacionais de classificação de risco.

No que tange a liquidez, a diversificação da atual estrutura de investimentos estabelece a conversão das quotas em diferentes prazos, de forma a atender as obrigações da Fundação e o perfil do exigível atuarial dos seus planos de benefícios.

2.6. Comentários e Recomendações

Comentários:

O Conselho Fiscal, com base nos relatórios disponibilizados identificou que 100% dos recursos garantidores dos planos de benefícios são investidos no Paulista FIQ, classificado como um fundo "Multimercado". Conforme quadro exposto, no item 2.2, constatamos que a composição final dos ativos, para fins de enquadramento nos segmentos de aplicação, apresenta 100,00% em renda fixa, sendo 99,25% em títulos públicos e o restante em operações compromissadas com lastro em títulos públicos. Desta forma, os recursos estão aplicados de acordo com a Política de Investimentos.

Apenas a primeira recomendação do Relatório de Controle Interno do 1º Semestre de 2015, referente a investimentos, foi atendida, pois as Políticas de Investimentos de cada Plano de Benefícios para o exercício de 2016 foram aprovadas em 19/11/2015 e a do Plano de Gestão Administrativa, em 17/12/2015, antes do início do exercício em referência.

1. A vigência das Políticas de Investimentos dos planos de 2015 contempla apenas o período de março a dezembro de 2015, no entanto o §1º do art. 16 da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 estabelece que a Política de Investimentos de cada plano deve ser elaborada pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo da Fundação antes do início do exercício a que se referir.

Esse Conselho recomenda que as Políticas de Investimentos para o exercício de 2016 estejam em conformidade com a Resolução, ou seja, possua vigência para todo o exercício.

2. Atualmente, a SP PREVCOM mantém a gestão dos recursos vinculados à mesma Administradora responsável pela administração, custódia e controladoria do Fundo, porém, o art. 9º da Resolução do Conselho Monetário Nacional de nº 3.792/2009 estabelece que: "Na aplicação dos recursos, a EFPC deve identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos, incluídos [...] a segregação das funções de gestão, administração e custódia". Diante disso, esse Conselho Fiscal recomenda que o Conselho Deliberativo analise a relevância e urgência quanto à adequação da estrutura de gestão, administração e custódia do Fundo.

Recomendações:

Este Conselho Fiscal reitera a segunda recomendação efetuada no Relatório de Controle Interno do 1º Semestre de 2015, quanto à agilidade na tomada de providências necessárias para a segregação dessas funções, visto que o Conselho Deliberativo tomou ciência dessa recomendação em 22 de Outubro de 2015, tendo incumbido à Diretoria Executiva pela sua implementação, conforme registrado na Ata da 43ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo.

Essa recomendação objetiva a adequação da estrutura de gestão, administração e custódia do Fundo, o que possibilitará o controle e monitoramento de riscos e uma análise mais apurada sobre uma possível diversificação na estrutura de investimentos, a fim de se garantir a rentabilidade necessária para o pagamento dos benefícios futuros.

2.7. Manifestação

Diante das análises efetuadas e em atendimento ao art. 19 da Resolução do CGPC n°. 13, de 01 de outubro de 2004, esse Conselho observou que a Fundação SP PREVCOM no 2º Semestre de 2015 teve as Políticas de Investimentos dos planos RG, RP e RG - UNIS aderentes à Resolução do CMN 3.792/09 e demais normas emitidas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores.

3. Análise da Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais

De acordo com o Inciso I, do artigo 19 da Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal verificou a documentação disponibilizada pela Fundação para análise de aderência das premissas e hipóteses atuariais dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS, utilizadas no segundo semestre de 2015 e apresenta a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

A aprovação dos Planos de Benefícios PREVCOM RP e PREVCOM RG ocorreu em 21 de janeiro de 2013, através das Portarias nº 18 e nº 19, publicadas no D.O.U. O Plano de Benefício PREVCOM RG-UNIS ocorreu em 04 de dezembro de 2013, através da Portaria nº 670, publicada no D.O.U.

Com base na Nota Técnica Atuarial preparada pelo atuário dos planos, uma vez que a natureza dos Planos de Benefícios é de Contribuição Definida (CD), não são empregadas bases financeiras e atuariais na definição dos benefícios e custeio, exceto para o cálculo do tempo de recebimento do benefício. Para este, a tábua biométrica utilizada é AT2000, segregada por sexo.

Os Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS são planos de múltipla escolha na Renda de Aposentadoria, contendo benefícios enquadrados na modalidade de Contribuição Definida (CD), calculados financeiramente.

Foi contratada uma seguradora para cobertura dos benefícios de risco, cuja autorização se deu através da 5ª Reunião do Conselho Deliberativo, em 31 de agosto de 2012, na qual o Diretor Presidente da Fundação comunicou aos conselheiros o envio da carta-convite para contratação da referida seguradora, com base na Resolução CGPC nº 10 de 30 de março de 2004. O termo de referência foi encaminhado em 20 de setembro de 2012, e após análise, foi escolhida a Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A., conforme publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo nº 209, de 06 de novembro de 2012.

Com base nas informações disponibilizadas pelo departamento de seguridade da Fundação (Balancetes de Evolução Mensal Consolidado e dos Planos - Anexo VIII e Relatório Gerencial – Anexo IX), foram elaborados os quadros a seguir que demonstram as movimentações dos saldos no período das Provisões Matemáticas e dos Fundos Administrativo e Previdencial dos Planos de Benefícios:



	CONSOLIDADO			
	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	jun/14	dez/14	jun/15	dez/15
Constituição de Provisões Atuariais (Provisões Matemáticas e Benefícios Conceder)	106.408.672	196.890.318	289.431.485	402.944.718
Constituição/Reversão de Fundos (Administrativo e Previdencial)	1.607.876	696.972	2.141.739	2.065.489
	valores em R\$			

	PLANO RP			
	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	jun/14	dez/14	jun/15	dez/15
Constituição de Provisões Atuariais (Provisões Matemáticas e Benefícios Conceder)	8.047.102	18.560.991	30.118.317	44.868.439
Constituição/Reversão de Fundos (Administrativo e Previdencial)	913.819	523.080	729.048	138.027
	valores em R\$			

	PLANO RG			
	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	jun/14	dez/14	jun/15	dez/15
Constituição de Provisões Atuariais (Provisões Matemáticas e Benefícios Conceder)	62.205.505	93.593.272	123.625.960	163.148.979
Constituição/Reversão de Fundos (Administrativo e Previdencial)	405.913	171.877	603.848	955.545
	valores em R\$			



	PLANO RG-UNIS			
	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	jun/14	dez/14	jun/15	dez/15
Constituição de Provisões Atuariais (Provisões Matemáticas e Benefícios Conceder)	36.156.066	84.736.055	135.687.208	194.927.300
Constituição/Reversão de Fundos (Administrativo e Previdencial)	288.144	2.015	808.843	971.917
	valores em R\$			

3.1. Cobertura Patrimonial dos Planos

Devido à natureza dos planos de benefícios (CD), que transformam as cotas individuais em nome de cada Participante, em Fundos, verificamos que o Patrimônio apurado é suficiente para a cobertura dos compromissos.

Cobertura Patrimonial dos Planos - Consolidado sem PGA					
2º Semestre 2014		1º Semestre 2015		2º Semestre 2015	
Ativo Total	199.386.565	Ativo Total	294.159.970	Ativo Total	406.850.771
(-) Exigível Operacional	1.799.274	(-) Exigível Operacional	2.586.747	(-) Exigível Operacional	1.840.564
(-) Fundo Adm. e Previd.	696.972	(-) Fundo Adm. e Previd.	2.141.739	(-) Fundo Adm. e Previd.	2.065.489
Ativo Líquido	196.890.318	Ativo Líquido	289.431.485	Ativo Líquido	402.944.718
(-) Provisões Matemáticas	196.890.318	(-) Provisões Matemáticas	289.431.485	(-) Provisões Matemáticas	402.944.718
Equilíbrio	-	Equilíbrio	-	Equilíbrio	-

PREVCOM RP		PREVCOM RP		PREVCOM RP	
2º Semestre 2014		1º Semestre 2015		2º Semestre 2015	
Ativo Total	19.374.238	Ativo Total	31.231.126	Ativo Total	45.282.382
(-) Exigível Operacional e Contingencial	290.167	(-) Exigível Operacional	383.760	(-) Exigível Operacional	275.917
(-) Fundo Adm. e Previd.	523.080	(-) Fundo Adm. e Previd.	729.048	(-) Fundo Adm. e Previd.	138.027
Ativo Líquido	18.560.992	Ativo Líquido	30.118.317	Ativo Líquido	44.868.439
(-) Provisões Matemáticas	18.560.992	(-) Provisões Matemáticas	30.118.317	(-) Provisões Matemáticas	44.868.439
Equilíbrio	-	Equilíbrio	-	Equilíbrio	-

PREVCOM RG		PREVCOM RG		PREVCOM RG	
2º Semestre 2014		1º Semestre 2015		2º Semestre 2015	
Ativo Total	94.515.301	Ativo Total	125.252.195	Ativo Total	165.056.839
(-) Exigível Operacional e Contingencial	750.151	(-) Exigível Operacional	1.022.388	(-) Exigível Operacional	952.314
(-) Fundo Adm. e Previd.	171.878	(-) Fundo Adm. e Previd.	603.848	(-) Fundo Adm. e Previd.	955.545
Ativo Líquido	93.593.272	Ativo Líquido	123.625.960	Ativo Líquido	163.148.979
(-) Provisões Matemáticas	93.593.272	(-) Provisões Matemáticas	123.625.960	(-) Provisões Matemáticas	163.148.979
Equilíbrio	-	Equilíbrio	-	Equilíbrio	-

PREVCOM RG-UNIS		PREVCOM RG-UNIS		PREVCOM RG-UNIS	
2º Semestre 2014		1º Semestre 2015		2º Semestre 2015	
Ativo Total	85.497.026	Ativo Total	137.676.649	Ativo Total	196.511.550
(-) Exigível Operacional e Contingencial	758.955	(-) Exigível Operacional	1.180.598	(-) Exigível Operacional	612.333
(-) Fundo Adm. e Previd.	2.015	(-) Fundo Adm. e Previd.	808.843	(-) Fundo Adm. e Previd.	971.917
Ativo Líquido	84.736.055	Ativo Líquido	135.687.208	Ativo Líquido	194.927.300
(-) Provisões Matemáticas	84.736.055	(-) Provisões Matemáticas	135.687.208	(-) Provisões Matemáticas	194.927.300
Equilíbrio	-	Equilíbrio	-	Equilíbrio	-

3.2. Manifestação do Conselho Fiscal

Tendo em vista que a natureza dos Planos de Benefícios é de Contribuição Definida (CD), e durante o período de atividade e de recebimento adota a capitalização por cotas, não haverá manifestação acerca da aderência das premissas e hipóteses atuariais, uma vez que não são empregados na definição dos benefícios e de custeio, exceto para o cálculo do tempo de recebimento do benefício. Como parâmetro de suporte a definição de recebimento do benefício pelo participante é utilizada a tábua biométrica AT-2000, segregada por sexo, a qual indica aderência à realidade demográfica dos participantes dos planos de benefícios.




4. Acompanhamento da Execução Orçamentária

Conforme a Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004, parágrafo 1º do artigo 16, as entidades fechadas de previdência complementar devem elaborar a peça orçamentária segregada por plano de benefícios, considerando as especificidades de cada um. O Orçamento deve ser elaborado pela Diretoria da Fundação, apreciada pelo Conselho Fiscal e aprovado ao Conselho Deliberativo. Cabe ao Conselho Fiscal da entidade manifestar-se com relação à execução orçamentária, conforme descrito na própria Resolução CGPC nº 13, em seu artigo 19, inciso I.

O Conselho Fiscal, com base nos relatórios gerenciais mensais disponibilizados pela Fundação adotou como procedimento de análise, o desempenho da execução orçamentária realizada no período objeto desta manifestação.

Foram objeto de análise os relatórios de Execução Orçamentária (Anexo IV) e o Relatório Gerencial (Anexo IX) relacionado aos indicadores de despesas, que contemplam as justificativas em relação a eventuais extrapolações de dispêndios.

No tocante às receitas foram analisados os ingressos de recursos contemplando o aporte pelo Patrocinador de R\$ 3 milhões no 2º semestre de 2015, sendo três aportes de R\$ 1 milhão cada, aportados em 31 de julho, 31 de agosto e 30 de setembro de 2015, cujos recursos foram destinados ao custeio da Fundação, enquanto a taxa administrativa fixada nos regulamentos ou respectivos Planos de Contribuição dos Benefícios Previdenciários for insuficiente ao seu suprimento, conforme dispõe o inciso II, do art. 36, da lei 14.653, de 22 de dezembro de 2011, que instituiu a SP PREVCOM. O Anexo VII corresponde ao Fluxo de Caixa, que apresenta os aportes extraordinários do Governo, entre outras informações.

4.1. Gestão Previdencial

4.1.1 Da execução orçamentária das Adições

As Adições são representadas pelas contribuições efetuadas pelos patrocinadores, seus participantes ativos, autopatrocinados¹ e portabilidade² por meio de percentuais definidos nos Regulamentos dos Planos e também nos trabalhos de avaliação atuarial, sendo aplicados sobre a folha de salários mensal.

¹ Autopatrocinados são aqueles que, ao deixar de serem Participantes Ativos ou Participantes Ativos Facultativos pelo rompimento do vínculo com o Patrocinador ou por ocorrência de perda parcial da remuneração recebida, optarem por permanecerem inscritos nos Planos e recolher as contribuições determinadas para eles e para o Patrocinador no Plano Anual de Custeio.

² Portabilidade: Valores portados de outros Planos de Benefícios de Previdência Complementar (Entidade Aberta ou Fechada) em nome do Participante.

Plano de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS

Com base nas informações do quadro a seguir extraídas dos relatórios de Execução Orçamentária (Anexo IV), verificamos que os totais de Adições relacionadas às contribuições previdenciárias representaram no segundo semestre, 102,2% das projeções orçadas.

Conta Contábil	Descrição	Orçamento - 2º Semestre 2015		
		Orçado	Realizado	%
3.1.1.1.01.01.0066	Contribuição Normal Patrocinadora	42.933.977	44.212.735	103,0%
3.1.1.3.01.01.0056	Contribuição Normal Participante	48.023.082	49.837.841	103,8%
3.1.1.3.01.01.0059	Contribuição Facultativa	3.080.000	2.030.211	65,9%

Total de Contribuições	94.037.059	96.080.787	102,2%
------------------------	------------	------------	--------

valores em R\$

O montante realizado no segundo semestre se apresentou superior às premissas utilizadas para estimar os aportes de contribuições no período.

Não foram previstas projeções para as portabilidades. No entanto, no segundo semestre o montante de valores portados de outros planos de previdência foi de R\$ 1,1 milhão.

Conta Contábil	Descrição	Orçamento - 2º Semestre 2015		
		Orçado	Realizado	%
3.1.5.	Portabilidade (Entrada)	-	1.100.777	0,0%

Total de Portabilidades	-	1.100.777	0,0%
-------------------------	---	-----------	------

valores em R\$

É importante ressaltar que a portabilidade de saída representa 89,97% da portabilidade de entrada, o que resultou em uma adição líquida de R\$ 110.392,00.

A seguir, um panorama das perspectivas de adesões para a SP-PREVCOM:

Em 25 de Fevereiro de 2015 foram publicados os Decretos nº 61.131 e nº 61.132, que determinavam, respectivamente, diretrizes e providências para a redução de gastos do Poder Executivo e medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais.

Como consequência, novas contratações e concursos foram adiados, o que contribuiu para uma tímida perspectiva de adesões aos planos de benefícios previdenciários da SP-PREVCOM no ano de 2015.

Paralelamente, a Universidade de São Paulo passou por uma crise financeira, situação que gerou impacto direto na projeção de adesões da SP-PREVCOM, pois um número significativo de potenciais participantes estava alocado naquela universidade.

Outro fator levado em consideração na projeção de adesões realizada pela SP-PREVCOM para 2015 foi a liminar concedida por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade que alterou, mesmo que em decisão não transitada em julgado, a data de início de vigência do regime de previdência complementar para os servidores titulares de cargo efetivo que ingressaram no serviço público do Estado de São Paulo. Tal decisão impactou no ingresso de novos participantes no regime de previdência complementar.

Adesões – 2º semestre 2015

Além dos fatores apresentados anteriormente, a publicação de um novo Decreto (61.466), em 02 de setembro de 2015, vedou a admissão e a contratação de pessoal, bem como o aproveitamento de servidores remanescentes de concursos públicos com validade em vigor, o que reduziu ainda mais as perspectivas de novas adesões à SP-PREVCOM.

Entretanto, apesar do cenário não muito favorável indicar forte retração no número de novas adesões, bem como aumento no número de cancelamentos, a SP-PREVCOM obteve um desempenho melhor do que o esperado. Alguns fatores podem ser apontados como determinantes:

- Apesar dos Decretos nº 61.131 e nº 61.132 determinarem a redução de 10% nas despesas com custeio constantes na Lei 15.646, de 23 de dezembro de 2014 e pelo menos 15% nos valores despendidos com a remuneração global de pessoal nos cargos em comissão, funções e empregos públicos de confiança, as Secretarias de Segurança Pública, Educação, Saúde e Administração Penitenciária, por se tratarem de serviços essenciais à população, sofreram menor impacto (5%) e seus novos servidores contribuíram para aumentar o número de novos participantes da SP-PREVCOM. Houve também um considerável aumento nas adesões da Unicamp, do Tribunal de Justiça e do Ministério Público, tendo em vista que estes órgãos não foram abrangidos pelos referidos decretos e tiveram ingresso de novos servidores;
- A área de atendimento ao patrocinador da SP-PREVCOM e a Diretoria de Seguridade trabalharam junto aos RH's do Poder Judiciário no sentido de manter os participantes daqueles órgãos vinculados à Fundação até o trânsito em julgado o mérito da ADIN. O único órgão que optou por retirar seus participantes da folha de contribuições da SP-PREVCOM foi a Defensoria Pública.

Desta forma, apesar dos prognósticos negativos e do alto número de cancelamentos, a SP-PREVCOM conseguiu superar a meta orçada de adesão no 2º semestre de 2015.



4.1.2 Da execução orçamentária das Deduções

As deduções representam o valor de pagamento de benefícios (aposentadorias, resgates de contribuições, portabilidades) pagos no período.

Plano de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS

Com base nas informações do quadro a seguir extraídas dos relatórios de Execução Orçamentária (Anexo IV), verificamos que o total de Deduções relacionadas às contribuições previdenciárias no segundo semestre foi de R\$ 2,1 milhões, não sendo contemplados na projeção orçamentária os tipos de eventos de Resgate e Portabilidade (saída).

Conta Contábil	Descrição	Orçamento - 2º Semestre 2015		
		Orçado	Realizado	%
3.2.3.1	Resgate	-	1.071.040	0,0%
3.2.3.2	Portabilidade (saída)	-	990.395	0,0%
Total de Deduções		-	2.061.435	0,0%

valores em R\$

Não há previsão de valores para os institutos legais previstos na legislação e para o recebimento de concessão de benefícios, tendo em vista que inexistem parâmetros dos participantes para projeção orçamentária.

Em relação a Fundos de Risco foi justificada a ausência de orçamento, em detrimento da opção facultativa da contratação pelo participante do benefício de risco por meio de uma seguradora contratada pela Fundação.

Conta Contábil	Descrição	Orçamento - 2º Semestre 2015		
		Orçado	Realizado	%
3.2.9.1.0304	Fundos de Risco	-	100.917	0,0%
Total de Deduções		-	100.917	0,0%

valores em R\$

4.2 Gestão Administrativa

4.2.1 Da execução orçamentária das receitas administrativas

Os valores “Correntes” da Gestão Previdencial são representados pelas contribuições efetuadas por parte dos patrocinadores e participantes para a cobertura de despesas administrativas da Fundação.

As fontes de custeio efetivamente geradoras de recursos são definidas anualmente pelo Conselho Deliberativo, mediante proposição contida no PGA sugerido pela Diretoria Executiva.

Estes valores são transferidos mensalmente por meio de lançamentos contábeis para a Gestão Administrativa de acordo com as normas de contabilização das EFPC's.

Com base nas informações do quadro a seguir, extraídas do Relatório de Execução Orçamentária (Anexo IV), constatamos que os valores executados no segundo semestre de 2015 corresponderam a 69,10% das projeções orçadas, o qual destoou da relação entre o realizado e orçado das adições, referentes às contribuições previdenciárias, que foi de 102,20% no segundo semestre de 2015.

Orçamento		Orçamento - 2º Semestre 2015		
Conta Contábil	Descrição	Orçado	Realizado	%
4.1.1.1.01	Patrocinador	6.680.411	4.221.384	63,2%
4.1.1.1.03	Participantes	3.782.009	3.007.743	79,5%
Total de Correntes		10.462.420	7.229.127	69,1%

valores em R\$

O excedente das contribuições do patrocinador quando comparado às dos participantes, deve-se principalmente às contribuições vertidas para cobertura das despesas de custeio pelo Patrocinador da Fundação, previsto no art. 36 da Lei 14.653, de 22 de dezembro de 2011.

4.2.2 Da execução orçamentária das despesas administrativas

As despesas administrativas da Gestão Previdencial são relacionadas à administração do Plano de Benefícios, como por exemplo: salários, encargos, informática, consultorias, auditorias, assessorias, advogados, dentre outros.



Foram objeto de análise deste item, os Balancetes de Evolução Mensal Consolidado e dos Planos (Anexo VIII), a Execução Orçamentária (Anexo IV) e o Relatório Gerencial (Anexo IX) relacionado aos indicadores de despesas, que denotaram dispêndio inferior às projeções orçadas, conforme quadro a seguir.

Orçamento		Orçamento - 2º Semestre 2015		
Conta Contábil	Descrição	Orçado	Realizado	%
4.2.1.1.01	Pessoal e Encargos	4.869.235	4.550.388	93,5%
4.2.1.1.02	Treinamentos e Congressos	52.772	16.475	31,2%
4.2.1.1.03	Viagens e Estadias	71.008	23.507	33,1%
4.2.1.1.04	Serviços de Terceiros	1.832.522	1.308.494	71,4%
4.2.1.1.05	Despesas Gerais - Comuns	3.260.356	1.955.280	60,0%
4.2.1.1.06	Depreciações e Amortizações	108.000	78.804	73,0%
4.2.1.1.07	Tributos	215.698	93.115	43,2%
4.2.1.1.99	Outras Despesas	-	3.983	0,0%
4.2.1.2.05	Despesas Gerais - Específicas	7.252	11.010	151,8%
4.2.1.2.07	Tributos (PIS/COFINS sobre Contr. dos patrocinadores/participantes)	217.652	243.225	111,7%
4.2.2.1.07	TRIBUTOS (PIS/COFINS sobre Rendimento dos Investimentos Administrativos)	4.500	2.315	51,5%
Total de Despesas		10.638.995	8.286.595	77,9%

valores em R\$

Com base em informações prestadas pela Fundação, foi justificado que a execução orçamentária abaixo das despesas estimadas derivou-se da adoção de medidas voltadas para o atendimento aos Decretos elencados no item 4.1.1.

Ressalta-se que de acordo com o descrito no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, as despesas administrativas são geridas de forma solidária, sendo registrada em cada plano de benefícios a parcela a este pertinente, em forma de rateio. O mesmo procedimento é aplicado aos aportes extraordinários, que foram registrados em atendimento ao previsto no item II do art. 36 da Lei 14.653, de 22 de dezembro de 2011.

4.2.3 Acompanhamento dos indicadores de Gestão

Em atendimento a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, e Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, a partir de 1º de janeiro de 2010 as Entidades Fechadas de Previdência

Complementar deverão passar a adotar indicadores com o objetivo de avaliar a Gestão Administrativa aplicada, ampliando o processo de governança corporativa.

Desta forma, o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA vigente estabelece no artigo 21 os seguintes indicadores de gestão:

I - **Despesas com os investimentos por recursos garantidores** - razão entre as despesas de investimentos realizadas no exercício e o total dos recursos garantidores no último dia do exercício.

	Despesas Investimentos (R\$)	Recursos Garantidores (R\$)	%
1º Semestre/2013	1.775	7.681.413	0,02%
2º Semestre/2013	5.693	37.592.560	0,02%
1º Semestre/2014	20.762	106.408.672	0,02%
2º Semestre/2014	64.789	197.587.291	0,03%
1º Semestre/2015	89.212	291.573.223	0,03%
2º Semestre/2015	118.447	405.010.207	0,03%

O indicador demonstra resultado extremamente baixo, em razão de o denominador refletir o saldo dos recursos garantidores do último dia de cada exercício, em um período de acumulação de poupança previdenciária. O Conselho Fiscal recomenda a utilização do saldo médio dos recursos garantidores no período analisado como parâmetro para o referido indicador.

Apesar disso, o indicador apresenta dados condizentes com os resultados anteriores mantendo uma média razoável, sem elevação dos custos.

II - **Despesas por participante** - razão entre o somatório das Despesas Administrativas previdenciais e de investimentos e o número de participantes do plano de benefícios.

Período		Despesas (R\$)	Nº de Participantes	Despesa por participante (R\$)
1º Sem 2013	jan/13	1.365.353	0	
	fev/13	1.489.771	30	49.659
	mar/13	1.545.652	514	3.007
	abr/13	1.464.879	1.547	947
	mai/13	1.548.141	2.380	650
	jun/13	1.335.488	3.362	397
2º Sem 2013	jul/13	1.451.157	3.718	390
	ago/13	1.450.184	3.949	367
	set/13	1.594.138	4.526	352
	out/13	593.802	5.286	112
	nov/13	1.553.954	5.656	275
	dez/13	1.321.218	6.393	207
1º Sem 2014	jan/14	1.438.007	8.609	167
	fev/14	1.327.506	12.559	106
	mar/14	1.637.360	13.022	126
	abr/14	1.509.294	13.432	112
	mai/14	1.535.294	13.944	110
	jun/14	1.526.260	14.190	108
2º Sem 2014	jul/14	1.707.510	14.423	118
	ago/14	1.574.002	14.736	107
	set/14	1.555.119	15.074	103
	out/14	1.640.591	15.348	107
	nov/14	1.640.072	15.665	105
	dez/14	1.569.940	16.125	97
1º Sem 2015	jan/15	1.717.621	16.204	106
	fev/15	1.517.852	16.166	94
	mar/15	1.498.212	16.208	92
	abr/15	1.483.617	16.313	91
	mai/15	1.881.437	16.617	113
	jun/15	1.535.168	17.055	90
2º Sem 2015	jul/15	1.633.787	17.287	95
	ago/15	1.083.385	17.430	62
	set/15	1.610.822	17.663	91
	out/15	1.257.236	17.829	71
	nov/15	1.318.660	18.074	73
	dez/15	1.382.706	18.269	76

O indicador demonstra redução das despesas incorridas per capita, dado que o número de participantes tem aumentado mensalmente e um significativo conjunto de despesas fixas administrativas, como aluguel, pessoal, serviços de terceiros, dentre outros, independem até

determinado patamar de incremento de novos participantes (“ganho de escala”). Nota-se uma tendência do aumento do número de participantes ser, percentualmente, superior ao aumento das despesas administrativas, resultando em queda no indicador, padrão que se pressupõem continuar nos próximos períodos.

III - **Despesas administrativas da SP-PREVCOM** - razão entre as Despesas Administrativas realizadas e as Despesas Administrativas previstas no exercício.

Período	Orçado	Realizado	% Execução
1º Sem 2013	11.037.353	8.749.284	79,3%
2º Sem 2013	10.872.952	7.964.453	73,3%
Consolidado 2013	21.910.305	16.713.737	76,3%
1º Sem 2014	11.286.753	8.973.719	79,5%
2º Sem 2014	10.942.380	9.548.480	87,3%
Consolidado 2014	22.229.133	18.522.199	83,3%
jan/15	2.049.816	1.717.621	83,8%
fev/15	1.772.769	1.517.852	85,6%
mar/15	1.753.927	1.498.212	85,4%
abr/15	1.756.377	1.483.617	84,5%
mai/15	1.817.931	1.881.437	103,5%
jun/15	1.808.181	1.535.168	84,9%
1º Sem 2015	10.959.001	9.633.906	87,9%
jul/15	1.808.331	1.633.787	90,3%
ago/15	1.831.279	1.083.385	59,2%
set/15	1.846.304	1.610.822	87,2%
out/15	1.841.854	1.257.236	68,3%
nov/15	1.846.304	1.318.660	71,4%
dez/15	1.871.117	1.382.706	73,9%
2º Sem 2015	11.045.189	8.286.595	75,0%
Consolidado 2015	22.004.190	17.920.501	81,4%

Com base nas informações da tabela acima, constatamos que os valores executados foram inferiores às projeções orçadas, em razão dos motivos expostos no item 4.2.2. A variação do indicador registrada no 3º trimestre foi em decorrência da mudança de sede da Fundação, a qual

resultou na variação de despesas nos meses correspondentes, no entanto, verificou-se estabilidade no indicador a partir do 4º trimestre, que registrou uma média de 73,4%.

4.3 Investimentos

4.3.1 Da execução orçamentária dos investimentos

A apuração do fluxo dos investimentos tem como objetivo demonstrar a rentabilidade obtida com as aplicações financeiras da Entidade, as quais são transferidas a:

- Gestão Previdencial - para a constituição das Provisões Atuariais; e
- Gestão Administrativa - para constituição do Fundo Administrativo.

Como não foi incluído no orçamento da Fundação a projeção de receitas e despesas advindas dos investimentos dos recursos previdenciais e administrativos, este item não é aplicável.

4.4 Comentários e Recomendações

Comentários

Ressalvadas as incertezas que ainda permeiam a elaboração do orçamento anual da Fundação, o Conselho Fiscal julga bastante razoável os atuais níveis de aderência da sua execução. Pressupõe-se que os cenários que subsidiaram as projeções de execução orçamentária, estejam sendo perseguidos pela Administração no sentido de tornar a Fundação autossustentável no prazo estimado, amparada pelos aportes orçados e executados pelo Patrocinador.

Entretanto quando observado o conjunto de receitas auferidas no período, combinado com as despesas realizadas, houve durante o exercício, a necessidade de novos aportes, apesar das iniciativas da Administração no sentido de reduzir os seus custos. Tal condição confirma-se quando analisados os níveis de execução de despesas orçamentárias que superam os níveis de execução das receitas.

Ademais, mesmo reduzidos, os custos fixos relacionados à manutenção da Fundação, como aluguéis, salários, softwares, auditoria, assessoria jurídica e atuária, esses consomem percentual elevado conforme observado no Relatório Gerencial (Anexo IX), sendo que o equilíbrio econômico e financeiro da fundação depende de ações que garantam o aumento de participantes e de receitas para fundação.

Conforme a Ata da 44ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, esse aprovou a redução da taxa de carregamento de 5% para 4% e a aplicação de uma taxa de administração anual de 1% sobre o patrimônio, que será diluída mensalmente, todas elas com vigência a partir de 2016 e contempladas no Plano Anual de Custeio para exercício de 2016.

Recomendações

Este colegiado sob os preceitos que regem suas atribuições recomenda:

1. Continuidade de medidas que traduzam em incremento de receitas, no sentido de garantir equilíbrio e independência financeira para a Fundação, com níveis competitivos de custeio administrativos.
2. Para que o Conselho Fiscal possa incorporar em suas manifestações a avaliação do cumprimento das metas dos indicadores de gestão de despesas administrativas, reiteramos a segunda recomendação do Relatório do 1º Semestre de 2015:

O Conselho Deliberativo deve apresentar tais metas, bem como seus limites e critérios quantitativos e qualitativos, de acordo com o previsto no artigo 4º da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e conforme já determinado nos Relatórios de Fiscalização RF nº 12/2014/ERSP/PREVIC e RF nº 13/2014/ERSP/PREVIC emitidos pela PREVIC em 22/08/2014;

4.5 Manifestação

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução orçamentária, em atendimento ao artigo nº 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal manifesta-se no sentido de que o grau de detalhamento do orçamento apresenta-se adequado a atual fase operacional, ao porte e a complexidade da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP-PREVCOM, permitindo o efetivo acompanhamento, por parte desse conselho, da execução orçamentária, e, que os principais itens não cumpridos na execução orçamentária, derivaram em grande parte de fatores exógenos à Administração da Fundação, e que as oscilações que apresentam relevância em seus valores foram devidamente justificadas ao longo do presente relatório.

5. Investimentos em Ativo Permanente

No segundo semestre de 2015 o Conselho continuou a análise das despesas orçamentárias aos investimentos realizados para a aquisição do Imobilizado e Intangível da Fundação, que estão disponibilizados a seguir:

Orçado x Realizado

O orçamento da entidade previa um investimento em ativo imobilizado de R\$ 27.999,96 (Vinte e sete mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos) no segundo semestre. Deste valor, apenas 18,57% foi realizado, correspondendo a R\$ 5.230,00 (Cinco mil, duzentos e trinta reais). As principais aquisições do semestre foram referentes a investimentos em softwares (informática).

2015	1º Semestre	2º Semestre	Total
Orçado	82.999,96	27.999,96	110.999,92
Realizado	14.591,00	5.230,00	19.821,00
	17,58%	18,68%	17,86%

5.1 Comentários e Recomendações

Comentários

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução orçamentária, em atendimento ao artigo nº 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal manifesta-se no sentido de que o grau de detalhamento do orçamento quanto aos investimentos em ativo permanente apresenta-se adequado a atual fase operacional, ao porte e a complexidade da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP-PREVCOM, permitindo o efetivo acompanhamento, por parte desse Conselho, da execução orçamentária.

Verificamos que a Fundação atentou para o art. 51 da lei 8.666, de 21 de junho de 1993, quanto à investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Portaria do Diretor Presidente, de 21/05/2015, publicada no Diário Oficial do Estado em 22/08/2015.

Recomendação:

A Fundação deverá continuar observando as disposições da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 para aquisições que atendam a atividade meio da Fundação;

6. Controles Internos

6.1. Comentários e Recomendações

No Relatório de Controles Internos, referente ao 1º semestre de 2015 foram feitas as seguintes recomendações:

Recomendações semestre anterior

1. Implantação efetiva da gestão de riscos e dos controles internos, dentro do cronograma estabelecido no Manual de Governança Corporativa, dando assim continuidade ao trabalho iniciado pelo comitê designado;

Comentários da Administração:

Conforme cronograma estabelecido no Manual de Governança Corporativa, a Fundação selecionou e contratou, conforme termo contratual de nº 02/2015, assinado 29/01/2015, a empresa Risk Office S.A., com vigência de 24 meses, contados a partir de sua assinatura. O contrato tem por objeto a contratação de serviço de consultoria para apoio à implementação dos processos de Controles internos e Gestão de Riscos e, a constituição da cadeia de valores, a identificação e mapeamento de processos, treinamento para desenvolvimento de gestores e mapeamento de riscos e controles, elaboração da matriz de riscos, monitoramento de riscos e ações de melhoria.

Para fins de que o objeto contratual a ser executado alcance a sua finalidade, com eficácia e qualidade requeridas, foi elaborado uma cronograma de atividades, as quais estão descritas a seguir conforme seu planejamento e execução:

- As atividades iniciaram no mês de fevereiro de 2015 com a definição do dicionário de riscos e critérios de mensuração e palestra conceitual de controle interno e gestão de riscos.
- Em março foi feito o levantamento dos processos e das atividades de cada unidade da Fundação, entrevistas com os responsáveis pelos processos e treinamento do Sistema ICTNet.
- Em abril foi realizado um treinamento teórico com os colaboradores para identificação e mensuração dos riscos, bem como a autoavaliação dos riscos originais (riscos sem os controles - com base no conhecimento de cada gestor no processo de identificação e na mensuração de riscos e controles internos).
- No mês de maio foi feita a apreciação de riscos na qual a consultoria fez uma análise aos riscos associados, baseada em conhecimentos técnicos e experiência de mercado. Foram feitas sugestões de melhoria e o material foi apresentado e discutido com os colaboradores responsáveis pelos subprocessos que o validaram.

- No mês de julho houve a entrega de um relatório gerencial contendo a análise de risco original da SP-PREVCOM. Paralelamente foi feita a avaliação da Política de Gestão de Riscos da SP-Prevcom.
- No mês de julho se deu a entrega do Relatório contendo a Matriz de Risco Original da SP- Prevcom, bem como o treinamento para responder as boas práticas de controles no Sistema ICTNet.
- O encerramento do 1º ciclo de autoavaliação foi em agosto de 2015 com as respostas dos gestores aos questionários de controles no Sistema ICTNet.
- Ao término da etapa anterior, com a entrega em setembro da 1ª minuta do relatório de resultado da autoavaliação, com as sugestões de melhoria para mitigar as maiores exposições, foram agendadas reuniões com o Comitê de Gestão de Riscos para análise dos resultados.
- No mês de outubro, após ajustes no relatório de autoavaliação e no relatório de riscos originais foi entregue a 2ª minuta do resultado da autoavaliação.
- Nos meses de novembro e dezembro, a diretoria executiva, com base na revisão do resultado da autoavaliação analisou as sugestões de planos de ação para melhoria do ambiente de controles para mitigar as maiores exposições.
- Foram avaliados 118 processos e foram identificados 505 riscos mensurados de acordo com os critérios de impacto e frequência.

2. Instituição dos Comitês Gestores no exercício de 2015;

Comentários da Administração:

Os membros dos Comitês Gestores dos Planos de Benefício RP, RG e RG-UNIS, indicados pelos Poderes, foram empossados pelo Presidente do Conselho Deliberativo, na 39ª reunião, realizada em 25/06/2015.

3. Manutenção de toda sua legislação, inclusive à revogada, para fins do efetivo acompanhamento da Fundação, quanto ao seu histórico, evolução, bem como, adequação às determinações legais.

Em relação a recomendação 3 do Relatório de Controle Interno do 1º Semestre de 2015, não contou com observação da diretoria da fundação por ser endereçado ao Conselho Deliberativo e, quanto ao acompanhamento dos indicadores de gestão, os mesmos estão devidamente detalhados no tópico 4.2.3.

Recomendações

1. Em continuidade ao processo de Implantação efetiva da gestão de riscos e dos controles internos, dentro do cronograma estabelecido no Manual de Governança Corporativa, a alta direção, com base no Relatório de Resultado do 1º Ciclo de Autoavaliação de Riscos e Ambiente de Controles Internos da SP-PREVCOM, elaborado e concluído pela

Riskoffice, em 02/10/2015, devem planejar e estabelecer prazos às ações necessárias ao aprimoramento dos controles internos e, conseqüentemente, reduzir a exposição aos riscos.

2. Observar as recomendações de nº 2, do item 2.6 e, de nºs 1 e 2 do item 4.4.

6.2. Manifestação

Em atendimento a Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal avaliou a documentação disponibilizada pela entidade para análise da aderência e eficiência dos controles internos, dos quais julgou adaptados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por ela operados até a presente data, ressaltando, entretanto que as recomendações descritas sejam apropriadas em 2016.



7. Processos de Certificação

7.1. Conformidade aos processos de certificação, habilitação e qualificação da SP-PREVCOM

A Resolução CNPC nº 19, de 30 de março de 2015, alterada pela Resolução CNPC nº 21, de 18 de junho de 2015, dispõe que a EFPC deverá observar seu disposto quanto aos processos de certificação, habilitação e qualificação, pela qual são elencados requisitos mínimos para a posse no cargo de membro da Diretoria-Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo.

Conforme Art. 8º, o relatório de controles internos emitido pelo Conselho Fiscal deverá registrar a conformidade da EFPC em relação ao processo de certificação, habilitação e qualificação.

Na Fundação, a composição dos colegiados e diretoria permanece a seguinte, no segundo semestre de 2015:

Conselho Deliberativo: 6 (seis) membros titulares e 6 (seis) membros suplentes – todos os membros titulares e 4 (quatro) membros suplentes estão certificados, conforme demonstrado:

		Data Posse	nº Certificado	Data Certificação	Validade Certificação
Antonio Fazzani Bina	Titular	21/05/2015	EA 03918	30/07/2015	29/07/2018
José Roberto de Moraes	Titular	03/04/2014	EA 03416	20/11/2014	19/11/2017
Max Freddy Frauendorf	Titular	03/04/2014	EA 01810	18/07/2015	17/07/2018
Elio Lourenço Bolzani	Titular	03/04/2014	EA 03377	07/11/2014	06/11/2017
Edisom Jesus de Souza Junior	Titular	03/04/2014	PA 03325	15/10/2014	14/10/2017
Neide Saraceni Hahn	Titular	03/04/2014	EA 03313	21/10/2014	20/10/2017
Jorge Luiz Ávila da Silva	Suplente	03/04/2014	Em processo		
Fernando Zanelli	Suplente	03/04/2014	EA 03600	09/01/2015	08/01/2018
Rubens Peruzin	Suplente	03/04/2014	EA 03294	16/10/2014	15/10/2017
Marcos Martins Nonato	Suplente	03/04/2014	Desligado em 15/01/2015		
Patrícia Gomes	Suplente	03/04/2014	PA 03560	06/12/2014	05/12/2017
Carmen Ferreira de Sousa Fernandes Costa	Suplente	03/04/2014	EA 03546	22/12/2014	21/12/2017

Conselho Fiscal: 4 (quatro) membros titulares e 4 (quatro) membros suplentes - todos os membros titulares e 3 (três) membros suplentes estão certificados:

		Data Posse	nº Certificado	Data Certificação	Validade Certificação
Rosana Mitico Kitazume Kaneko	Titular	03/04/2014	PA 03637	16/01/2015	15/01/2018
Eliana Naccarati	Titular	03/04/2014	PA 03659	22/01/2015	21/01/2018
Elaine Cristina Eder	Titular	03/04/2014	EA 03573	24/12/2014	23/12/2017
Paulo Rafael Minetto Maceta	Titular	03/04/2014	EA 03039	26/05/2014	25/05/2017
Meiri Mayumi Urashita	Suplente	03/04/2014	Desligada em 15/01/2015		
Veruska Evanir Pereira	Suplente	03/04/2014	EA 03610	13/01/2015	12/01/2018
Vanessa Maria de Campos Freire Taschetto	Suplente	03/04/2014	EA 03192	05/09/2014	04/09/2017
Filipe Camargo Barwick	Suplente	03/04/2014	PA 03680	05/02/2015	04/02/2018

Diretoria Executiva: 1 (um) Diretor Presidente acumulando AETQ e 3 (três) Diretores, todos certificados:

		Data Posse	nº Certificado	Data Certificação	Validade Certificação
Carlos Henrique Flory	Diretor Presidente	03/04/2012	EI 01764	06/06/2015	05/06/2018
Karina Damiano Hirano	Diretora de Administração	03/04/2012	EA 03003	29/04/2014	28/04/2017
Karina Marçon Spechoto	Diretora de Seguridade	31/07/2012	EA 02359	08/04/2013	07/04/2016
Patrícia Sales de Oliveira Costa	Diretora de Relacionamento Institucional	03/04/2012	EA 02818	20/12/2013	19/12/2016

O Estatuto da Fundação - Capítulo VII – da Estrutura Organizacional – Art. 25 - § 1º, dispõe que: *“Por ato da Diretoria Executiva, deverão ser criadas as seguintes estruturas auxiliares:”*

1. *Um Comitê Gestor para cada Plano de Benefícios*
2. *Um Comitê de Investimentos.*

Ao Comitê de Investimentos estão vinculados os seguintes empregados – 2 (dois) assessores e 1 (um) gerente - todos certificados:

	Data Posse	nº Certificado	Data Certificação	Validade Certificação
Paulo Roberto da Rosa	04/02/2014	EA 03651	31/01/2015	30/01/2018
Flávia Nazaré de Souza Barletta	04/02/2014	EA 03782	29/04/2015	28/04/2018
Wânia Maria Ruotti	04/02/2014	EA 03504	16/12/2014	15/12/2017



Quanto aos membros dos Comitês Gestores dos planos de benefícios da SP-PREVCOM, esses tomaram posse em 25/06/2015 e terão um prazo de até 1 ano para conclusão do processo de Certificação.

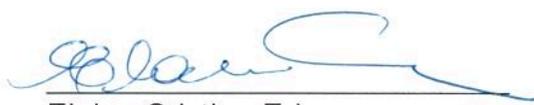
Comentários

Observa-se que há um membro suplente do Conselho Deliberativo que ainda não possui certificação, contudo, de acordo com o Artigo 5º - § 5º da Resolução CNPC nº 19, de 30 de março de 2015 (alterada pela Resolução CNPC nº 21, de 18 de junho de 2015), os membros que tomaram posse antes de 16 de abril de 2015 (data da publicação da Resolução), terão prazo de um ano para obter a certificação a partir desta data. Assim, este Conselho Fiscal avaliou que estão atendidas as exigências quanto às certificações. Verificamos, ainda, que os requisitos mínimos estão sendo observados pela Fundação. Para a posse nos cargos dos Conselhos, Diretoria e Comitês foram comprovadas experiências no exercício das atividades descritas na Resolução, bem como a formação de nível superior exigida.

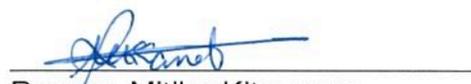
Membros Conselho Fiscal



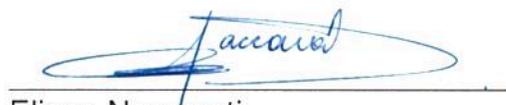
Paulo Rafael Minetto Maceta
Conselheiro Presidente



Elaine Cristina Eder
Conselheira



Rosana Mitiko Kitazume
Conselheira



Eliana Naccarati
Conselheira

Anexos

- I - Políticas de Investimentos
- II - Regulamento do Fundo de Investimento
- III - Lâminas de controle de risco e composição da carteira
- IV - Relatórios de Execução Orçamentária
- V - Relatório de Segmentação, disponibilizado pela CVM
- VI - Relatório de Reservas Matemáticas dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS
- VII - Fluxo de Caixa
- VIII - Balancetes - Evolução Mensal Consolidado e dos Planos – Movimento e Saldo Final
- IX – Relatórios Gerenciais (1º semestre 2015)

